

POANCESTRAL

MUITO ALÉM DE 250



2ª ED.

ATEMPA



CPHIS

Coletivo das Professoras e
Professores de História da
Rede Municipal de Ensino
de Porto Alegre

POANCESTRAL

MUITO ALÉM DE 250

ORGANIZADORES:

Marco Mello

Roselena Colombo

Claudia Aristimunha

Melina Perussatto

Inês Vicentini

Coletivo de Professoras e Professores de História
da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (CPHIS)

Associação de Trabalhadores em Educação do
Município de Porto Alegre (ATEMPA)

2ª ed.
PORTO ALEGRE, RS
2023



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P739 PoAncestral: muito além de 250 / organização de Marco Mello, Roselena Colombo, Claudia Aristimunha ... [et al.] 2ª ed. - Porto Alegre: ATEMPA; CPHIS, 2023.
163 p. : il.

ISBN: 978-65-996311-3-9

1. Porto Alegre (RS). 2. Ancestralidade. 3. Memória social. 5. Comunidade quilombola. 6. Povos indígenas. 7. Ensino de história. I. Mello, Marco. II. Colombo, Roselena. III. Aristimunha, Claudia. IV. Perussatto, Melina. V. Vicentini, Inês. II. Título.

CDU – 981.651
930(816.51)

Elaborada pela Biblioteca Central da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Esta publicação é de acesso livre e é permitida sua reprodução, em parte ou no todo, sem alteração de conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais

O *PoAncestral* contempla uma série de ações (*lives*, debates, produção de textos, manifestações artísticas), que possibilitam conhecer as parcerias já realizadas entre Universidade, Escolas de nível Fundamental e Médio e diversos coletivos sociais. Por conseguinte, o projeto *PoAncestral* interliga experiências institucionais e de vida, permitindo o compartilhamento de diferentes saberes e a construção de uma nova percepção de cidade. Promove a reflexão e o debate sobre a necessidade de compreendermos que o passado construído sobre o território que hoje demarca Porto Alegre, ultrapassa dois séculos e meio, pois inclui os povos originários e os negros. Também colabora na percepção que a história da nossa cidade continua sendo

construída por todos e isso envolve a luta dos grupos socialmente marginalizados e excluídos por uma cidade inclusiva e diversa.

REFERÊNCIAS

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Apresentado no XXVI Encontro Nacional FORPROEX (2009: Rio de Janeiro, RJ) e aprovado no XXXI Encontro Nacional em Manaus, AM.

CARVALHO, José Jorge. **Cadernos de Inclusão, n. 8**. Brasília: Instituto de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa/UnB, 2016.

ANCESTRALIDADE, PORTO ALEGRE E ENSINO DE HISTÓRIA

Caroline Pacievitch

Professora de história na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço eletrônico: caroline.pacievitch@ufrgs.br

Há muito tempo sabemos que ensinar história nas escolas não é o mesmo que recordar o passado. Nós, professores e pesquisadores do ensino de história, temos estabelecido, há mais de quarenta anos, um consenso que rechaça a submissão do conhecimento histórico à criação de uma identidade nacional unívoca e à perpetuação de visões colonizadas, racistas, patriarcais e capitalistas sobre o mundo. De forma paralela, comungamos da crítica freireana sobre a educação bancária, ao tentar nos manter atentos aos rumores do mundo, vivendo a sala de aula como espaço de produção de conhecimentos sobre o passado¹.

Obviamente, o fato de termos esses princípios não significa que conseguimos contemplá-los sempre. Por razões difíceis de avaliar, tais como escassez de recursos físicos e de material didático, excesso de carga horária em sala de aula, cansaço ou falta de formação especializada, em muitas ocasiões predominam cópia, memorização, conteúdos sem problematização e descontextualizados. E, à época de comemorações como o

7 de setembro ou o 15 de novembro, é comum encontrar reportagens nos meios de comunicação denunciando o quanto a população ignora eventos básicos da história nacional, como se a repetição de um conto patriótico fosse garantia de cidadania². O estado do Rio Grande do Sul tem suas peculiaridades quando se trata de comemorações cívicas, considerando a mobilização nas mídias, nas escolas e em outros equipamentos culturais em razão do 20 de setembro. Aliás, o impacto das comemorações do 20 de setembro³ nos anos iniciais do Ensino Fundamental ainda é um ponto em aberto nas pesquisas sobre ensino de história no estado.

Nas sociedades ocidentais modernas, o passado é algo que está sempre ficando para trás, enquanto avançamos inexoravelmente ao futuro. Em geral, identificamos esse avanço não apenas de forma cronológica, mas também com uma valorização evolutiva: hoje, somos

² Significado do FERIADO de 15 de novembro é desconhecido por algumas pessoas. GRTV 1a edição. 15 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/7164039/>>. Acesso em: 05 abr. 2022. PESSOAS APROVEITAM, MAS desconhecem significado do 7 de setembro. SBT Brasil. 07 de setembro de 2011. Disponível em: <<https://is.gd/A0tfgH>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

³ É comum que grandes marcas componham peças de publicidade específicas sobre a data. Por exemplo: LOJAS COLOMBO MARCA presença nas comemorações da Semana Farroupilha. Portal da Propaganda. 11 de setembro de 2015. Disponível em: <<https://is.gd/ttlzGO>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

¹ Coletâneas recentes como "Ensino de História e suas práticas de pesquisa" (ANDRADE; PEREIRA, 2021), "Ensino de História: diferenças e desigualdades" (SCHMIDT; BAUER; PACIEVITCH, 2021); "Cartografias da pesquisa em ensino de história" (MONTEIRO; RALEJO, 2019), além das últimas edições dos Encontros Nacionais Perspectivas do Ensino de História (https://www.abeh.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=419) confirmam essa afirmação.

mais avançados que no passado. Isso parece uma verdade autoevidente - afinal, ninguém consegue voltar no tempo e corrigir os erros do passado - porém, a cronologia linear progressiva e evolucionista é apenas uma construção social sobre o tempo, insuficiente para dar conta da complexidade das relações humanas e das disputas de poder. Dessa forma, as datas comemorativas são pontos de atualização do passado no transcurso do tempo linear progressivo, trazendo um caráter cíclico, mas nunca repetitivo. As datas a lembrar e a esquecer e, ainda, as formas pelas quais se destacam e se apagam personagens, ações e contradições, dizem muito sobre o papel do ensino de história diante das comemorações.

Para ilustrar essas considerações, recorro à concepção de tempo entre os Kadiwéu, conforme estudado por Giovani José da Silva, que foi professor de história entre esse povo, na escola da Aldeia Bodoquena (Reserva Indígena Kadiwéu - MS). Com seus alunos e com a comunidade, Giovani aprendeu que os Kadiwéu possuem ao menos duas formas de se pensar historicamente. A primeira diz respeito às “histórias de se admirar”, aquelas “[...] que não precisam de comprovação, pois são contadas para provocar o espanto, a admiração de quem as escuta” (SILVA, 2012, p. 69). A segunda se refere às “histórias que aconteceram mesmo”, isto é, “[...] histórias contadas pelos mais velhos e apenas a confiança na palavra destes seria suficiente para que se acredite nelas” (SILVA, 2012, p. 69). Além dessas duas, os Kadiwéu incluíram recentemente uma concepção de história como disciplina escolar, à qual constroem uma visão crítica muito interessante:

a característica dessa história escolar seria, segundo os indígenas, a ‘obsessão’ pelas fontes, por documentos escritos como provas a respeito do passado. A história, contida em livros e manuais, supervalorizaria o escrito e desprezaria aquilo que é transmitido oralmente de uma geração à outra. Os Kadiwéu acreditam ser importante conhecer a história ‘inventada’ pelos ‘brancos’ como forma de entenderem melhor as representações construídas pelo Outro sobre tempos pretéritos em outros espaços (a Europa, por exemplo, de onde vieram os portugueses e espanhóis com cavalos e outros animais desconhecidos pelos indígenas) (SILVA, 2012, p. 69).

A avaliação que os Kadiwéu fazem da disciplina História, tal como ensinada nas escolas, é pertinente tanto para as aulas

quanto para a produção historiográfica. Temos muito a aprender com esse olhar sobre o nosso trabalho, na busca de construir aulas de história efetivamente contracoloniais (BISPO, 2018) e inclusivas.

Outro aspecto importante da concepção de história dentre os Kadiwéu é a Ancestralidade. As “histórias que aconteceram mesmo” tem sua validade afirmada na sabedoria dos mais velhos que falam e na confiança de quem escuta que, por sua vez, um dia também transmitirá essa história. Os sentidos e significados também se apoiam em perspectivas pouco ouvidas por parte da sociedade ocidental. As “histórias que aconteceram mesmo”, sobre a Guerra do Paraguai, indicam que o conflito ainda não teve um fim, pois os Kadiwéu nunca deixaram de ser ameaçados por homens brancos armados. As rupturas e permanências, portanto, sustentam-se em torno de outros pilares e sensibilidades.

A quem pretende ensinar história reforçando o compromisso com uma vida boa para todos, cabe ouvir e aprender, expandindo suas perspectivas e permitindo que a multiplicidade de vozes atravesse as salas de aula e interpele aos estudantes e a si próprio. Foi esse o movimento realizado pelas pessoas que se uniram para construir uma forma subversiva e contracolônia de comemorar o aniversário de Porto Alegre, que, oficialmente, cumpre 250 anos em 2022. Pessoas vinculadas ao Coletivo de Professoras e Professores de História da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (CPHIS) e à Associação de Trabalhadoras e Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre (ATEMPA), com colaboradores de diversas outras instituições, lançaram o projeto *PoAncestral*. Através de *lives*, manifestações de rua, boletins informativos, publicações em redes sociais e diversas outras expressões, o projeto tem movimentado e contestado as comemorações oficiais sobre o aniversário de Porto Alegre.

O ponto de partida do *PoAncestral* é uma constatação óbvia, mas que, mesmo assim, é ignorada: a de que a data de fundação de Porto Alegre é arbitrária e intencionalmente invisibiliza a presença de pessoas no território que hoje compõe a cidade desde milênios atrás. Afinal, reconhecer isso implicaria em inverter os sentidos da história: do resultado da ação de alguns homens cis brancos e proprietários de terras para a participação de inúmeros seres, humanos e não humanos, organizados em coletivos para sua sobrevivência e para a criação de diversas formas de vida, díspares, dissidentes. Implicaria em reconhecer a pequenez dos tratados assinados por um

punhado de pessoas, dos documentos de posse e dos inventários em nome do pai de família, abrindo espaço para memórias mais distantes, que envolvem muito mais pessoas e que podem não estar registradas em papéis, mas estão inscritas nos corpos, nos territórios, nas crenças e nas lutas (KRENAK, 1992).

Para o ensino de história, implica em transcender o “ponto copiado no caderno”, o livro didático e o mapa e derrubar as paredes da sala de aula, efetivamente construindo o ensinar e o aprender em relação dialética com o mundo. Ao invés de embarcarmos em modas pedagógicas que confundem a escuta das vozes discentes com a aplicação de métodos (tal como as ditas “metodologias ativas” e “sala de aula invertida”), que pensemos em outras posturas docentes, mais passivas e acolhedoras, menos centradas nas nossas explicações, nos tempos do currículo, no conteúdo a ser vencido. Afinal, para além de qualquer lista de habilidades, importa o pensar e o viver. Precisamos desconfiar das urgências e dos sentidos comuns que repetem que basta ter conteúdos bem estabelecidos e técnicas de ensino racionais que a aprendizagem acontecerá, sendo o fracasso responsabilidade e culpa individual do estudante ou do professor. Que aprendamos, respeitosamente, com os Kadiwéu, com os Yanomami e com todas as experiências e conhecimentos trazidos nas *lives* propostas no *PoAncestral*, a ouvir uma história de Porto Alegre que não cabe no papel.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Juliana Alves de; PEREIRA, Nilton Mullet (orgs.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. São Leopoldo: Oikos, 2021. Disponível em: <<https://is.gd/3XhSfZ>>. Acesso em: 24 jan. 2022.

SANTOS, Antonio Bispo. Somos da terra. **Piseagrama**, Belo Horizonte, n. 12, pp. 44-51, 2018. Disponível em: <<https://is.gd/3rjOQD>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

KRENAK, Ailton. Antes, o mundo não existia. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Cia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura, 1992, p. 201-204.

MONTEIRO, Ana Maria F. da C.; RALEJO, Adriana (orgs.). **Cartografias da pesquisa em ensino de história**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

SCHMIDT, Benito; PACIEVITCH, Caroline; BAUER, Caroline. **Ensino de História: diferenças e desigualdades**. Brasília: Capes-ProfHistória; São Leopoldo: Oikos, 2021. Disponível em: <<https://is.gd/3XhSfZ>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SILVA, Giovani José da. Categorias de entendimento do passado entre os Kadiwéu: narrativas, memórias e ensino de história indígena. **História Hoje**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 59-79, 2012.

O ENSINO DE HISTÓRIA ANTERIOR E PARA ALÉM DOS 250 ANOS

Lúcia Regina Brito Pereira

Historiadora, Professora, integrante da Associação Brasileira de Pesquisadoras/es Negras/os/ABPN; do Movimento Social de Mulheres Negras; do Coletivo de Professoras/es de História/CPHIS e do PoAncestral. Endereço eletrônico: ymoleayaba@gmail.com

Porto Alegre para além dos 250 Anos guarda na sua história trajetórias invisibilizadas que pulsam no cotidiano da cidade. Os territórios negros, materiais e imateriais, estão traçados em uma circularidade, são diversos e pulsantes. Assim é preciso visibilizar nesta construção as Histórias dos Povos Originários e da População Negra que marcaram e marcam o desenvolvimento da cidade.

Os negros estão presentes no estado desde antes de sua fundação oficial. Na cidade de Porto Alegre, igualmente, suas marcas

estão impregnadas e transbordam para além daquilo que a oficialidade tenta subsumir. Assim, trazemos para a circularidade visível a Irmandade do Rosário, criada para dar auxílio nos enterros de negros, a viúvas e órfãos. E foi responsável pela popularização de santas e santos da igreja católica e também da criação da Escola do Rosário, hoje uma escola de elite da cidade.

A cidade abriga associações longevas, como a Sociedade Floresta Aurora que neste ano de 2022 completa 150 anos de existência